

Documento Metodológico

Medicina Legal (Mod 250 – Actividade mensal do INML)

Código: 494

Versão: 1.0

Outubro de 2008

INTRODUÇÃO	3
I - CARACTERIZAÇÃO GERAL	3
1. Código/ Versão/ Data	3
2. Código SIGINE.....	3
3. Designação	4
4. Actividade Estatística.....	4
5. Objectivos	4
6. Descrição	4
7. Entidade Responsável	4
8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades	4
9. Financiamento	5
10. Enquadramento Legal.....	5
11. Obrigatoriedade de resposta.....	5
12. Tipo de Operação Estatística.....	5
13. Tipo de Fonte(s) de Informação	5
14. Periodicidade de realização da operação	5
15. Âmbito Geográfico	5
16. Utilizadores da Informação.....	5
17. Data de início/ Fim.....	6
18. Produtos	6
II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	7
19. População.....	7
20. Base de Amostragem.....	7
21. Unidade(s) Amostrais	7
22. Unidade(s) de Observação.....	7
23. Desenho da Amostra.....	7
24. Desenho do Questionário	7
25. Recolha de Dados	8
26. Tratamento dos dados	9
27. Tratamento de não respostas	9
28. Estimção e obtenção de resultados	9
29. Séries Temporais.....	9
30. Confidencialidade dos dados	9
31. Avaliação da Qualidade Estatística.....	10
32. Recomendações Nacionais e Internacionais.....	10
III – CONCEITOS	10
IV – CLASSIFICAÇÕES.....	11
V – VARIÁVEIS.....	11
33. Variáveis de Observação.....	11
34. Variáveis Derivadas.....	12
35. Informação a disponibilizar.....	12
VI – SUPORTES DE RECOLHA	13
36. Questionários.....	13
37. Ficheiros.....	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	13
VIII – BIBLIOGRAFIA.....	13

INTRODUÇÃO

O início de recolha de informação estatística desenvolvida no âmbito da Medicina Legal remonta a 1984. Nessa época o actual Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. era constituído por Institutos de Medicina Legal de Lisboa, Porto, Coimbra e pelo Conselho Superior de Medicina Legal. Este último assumia a responsabilidade de coordenação da actividade dos serviços de medicina legal.

O primeiro mapa de actividade destes Institutos designava-se por “Movimento Anual de Exames e Autópsias” era remetido em suporte papel ao então, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, actual Direcção-Geral da Política de Justiça, e reportava informação anual.

Ao longo do tempo, este instrumento estatístico sofreu inúmeras alterações, em resultado das alterações jurídicas que funcionam como alicerce do mesmo, mas também resultantes da evolução dos trabalhos realizados nesta área. Em 1985 a informação passou a ter um carácter mensal de recolha.

O Instituto Nacional de Medicina Legal foi constituído em 2002, em conformidade com o despacho n.º 6825/2002, publicado na II série do Diário da República n.º 78 de 3 de Abril, tendo este sucedido em todos os direitos, obrigações, e competências conferidos aos extintos Institutos de Medicina Legal de Lisboa, Porto, Coimbra, e ao Conselho Superior de Medicina Legal. Esta reformulação orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal previu inicialmente a instalação de 31 gabinetes médico-legais de modo a assegurar uma adequada cobertura do território nacional no âmbito das perícias médico-legais. Assim, em 2005 procedeu-se à necessária reformulação do instrumento de notação de modo a viabilizar a recolha da informação por Delegação/Gabinete de Medicina-legal.

Também em 2005, este Instituto passou a reportar a informação através da internet (via formulário web), integrado no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), da Direcção-Geral da Política de Justiça.

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

494 / 1.0

2. Código SIGINE

Não aplicável

3. Designação

Medicina Legal, (Mod. 250 – Actividade Mensal do INML)

4. Actividade Estatística

Não aplicável

5. Objectivos

O mapa mensal de actividade do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. destina-se a inquirir os gabinetes e delegações médico-legais a fim de contabilizar as perícias realizadas pelos mesmos. Este instrumento recolhe uma informação com carácter importante, como indicador para estudos de investigação, no âmbito das áreas criminal, cível, laboral, para o público em geral, bem como para as entidades respondentes, por fornecer informação adequada para a gestão dos próprios serviços.

6. Descrição

Recolha de informação estatística sobre exames, perícias, tipos de perícias, relatórios, depoimentos, efectuados pelas delegações e gabinetes médico-legais do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P., com periodicidade mensal, através do preenchimento de formulários web do SIEJ. Caracteriza-se por ser uma operação estatística exaustiva (recenseamento), de âmbito nacional, utilizando uma fonte de informação directa.

7. Entidade Responsável

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Contacto: Telf.:217924000 Fax.:217924080

E-mail: correio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

10. Enquadramento Legal

Decreto-Lei n.º 326/86, de 29 de Setembro (regula a requisição de exames médico-forenses); Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro (Código do Processo Penal); Lei n.º 36/98, de 24 de Julho de 1998 (Lei da Saúde Mental); Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro (Código do Processo de Trabalho); Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro (Tabela nacional de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais; tabela nacional para avaliação de incapacidades permanentes em Direito Civil).

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim/

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

Recenseamento.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Mensal

15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao Sistema de Estatística Nacional):

- Direcção-Geral da Política de Justiça

Nacionais:

- Administração Pública Central - Ministério da Justiça;
- Pessoas singulares - Utilizadores Individuais

Os utilizadores internos ao SEN e o Ministério da Justiça fazem uso da totalidade da informação que é produzida. As pessoas singulares apenas utilizam parte da informação que é disponibilizada.

17. Data de início/Fim

Início:

01/01/1984 – Início da aplicação do Modelo 250, através de inquérito em papel;

01/01/2005 – Início da aplicação do Modelo 250, através de recolha web com efeitos ao ano de 2003;

Recolha contínua dos dados ao longo do ano;

18. Produtos

Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação:

45 dias após a recolha da mesma;

Designação: Estatísticas da Medicina Legal

Tipo de Produto: Quadros pré-definidos

Periodicidade de disponibilização: Mensal

Nível Geográfico: Gabinetes e delegações médico-legais em território nacional (unidades mais desagregadas para as quais existe informação);

Tipo de disponibilização: Não sujeito a Tarificação

Utilizadores:

Internos: Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

Nacionais: Organismos públicos; Imprensa; Utilizadores Individuais

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

O universo e o universo de referência coincidem e dizem respeito a todos os gabinetes e delegações médico-legais existentes em Território Nacional.

20. Base de Amostragem

Ficheiro que contém a lista de todos os gabinetes e delegações médico-legais existentes em Território Nacional.

21. Unidade(s) Amostrais

Os gabinetes e delegações médico-legais.

22. Unidade(s) de Observação

Os gabinetes e delegações médico-legais.

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

O presente modelo foi elaborado com a colaboração de elementos do então GPLP, INE e do INML, a recolha de informação iniciou-se em 1984, por via de preenchimento do instrumento de notação em suporte papel, com uma periodicidade mensal pelos então, institutos de medicina legal, actuais gabinetes e delegações médico-legais.

Ao longo dos anos, este instrumento de notação sofreu diversas alterações, resultantes das alterações legislativas e estruturais do INML. Contabilizam-se cinco alterações entre 1984 e 2007, que tiveram como principal objectivo alargar o conteúdo da informação recolhida, mas também algumas alterações estruturais do mapa, que ofereceram uma leitura mais simples. Em Janeiro de 2005, aquando da passagem do inquérito em papel a inquérito electrónico (web), foram consultados os intervenientes no processo de recolha e aplicada a mesma metodologia com vista a integração dos dados provenientes dos diferentes formatos (papel e web). Desenvolveu-se o questionário, e

realizaram-se testes, pela DGPJ e também por parte das entidades informadoras, em ambiente de qualidade, depois de consolidado, o formulário passou para o ambiente de produção do SIEJ.

Não é possível junto das entidades informadoras recolher informação relativa ao tempo médio de preenchimento.

25. Recolha de Dados

Período de Referência dos Dados: Mês

Período de Recolha: Até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita a informação;

Data de Expedição: Não aplicável;

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: Até 31/12/2004 questionário em papel; a partir de 01/01/2005 questionário electrónico/web, com efeitos a 2003;

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto das entidades informadoras ocorrem principalmente através do correio electrónico inerente ao SIEJ, se por ventura, a omissão da informação persistir, envia-se uma nota de aviso ao responsável pelo gabinete ou delegação médico-legal em questão, em última instância envia-se uma nota de aviso ao INML com conhecimento desta missiva ao respectivo responsável pelo gabinete ou delegação médico-legal;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Não aplicável, uma vez que se pretende para este instrumento de notação uma taxa de resposta de 100%;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Não aplicável;

Possibilidade ou não de inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de incentivos: Não aplicável;

- **Disponibilização de apoio aos respondentes:** O próprio formulário Web possui, em cada ecrã, uma hiperligação para a “Ajuda”, com indicações precisas para o seu preenchimento); por telefone; por correio electrónico disponível na aplicação do SIEJ; e por e-mail da DGPJ.

Disponibilização de apoio a respondentes: Acções de demonstração sobre as funcionalidades do SIEJ

Captura dos dados

Entrada de Dados: recolha electrónica

Codificação: Automática

Software Utilizado:

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server 2000; IBM DB2; SAS

26. Tratamento dos dados

O método de tratamento da informação compreende a notação sumária de mapas de situação/actividade e por ocorrências. A validação da coerência (referente ao número de actos médico-legais) é feita através da comparação dos mapas mensais de actividade com os meses anteriores e com períodos homólogos. Para obter informação precisa foram introduzidas mensagens de erro ou de confirmação nos formulários electrónicos (web), a fim de, antes de cada modelo ser enviado, alertar o respondente para o não cumprimento das validações automáticas existentes no sistema.

27. Tratamento de não respostas

A funcionalidade do SIEJ – “Modelos em Falta”, permite listar os modelos que estão nessa situação. Se a ausência persistir, efectuem-se insistências junto das entidades informadoras, ora por contactos telefónicos, ora pelo correio electrónico inerente ao SIEJ, ou por notas de aviso endereçados ao responsável pelo gabinete ou delegação médico-legal ou ao INML. Não se aplica tratamento de não-respostas, uma vez que o objectivo é a obtenção de uma taxa de resposta de 100%;

28. Estimação e obtenção de resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os dados são obtidos por agregação dos valores efectivos e sujeitos a uma análise descritiva.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei nº22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais unidades estatísticas por variável ou conjunto de variáveis base, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta das unidades estatísticas.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

A avaliação da qualidade dos dados é realizada através de validações que permitem avaliar quer o “contexto/sentido” dos dados em relação a períodos anteriores, bem como a coerência dos dados e o seu enquadramento legal. A coerência e comparabilidade dos dados são asseguradas através da aplicação de uma metodologia transversal utilizada em todos os modelos, sempre que não existam especificidades próprias de cada instrumento de notação.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

III – CONCEITOS

10 - TANATOLOGIA FORENSE (Conjunto dos conhecimentos e metodologias aplicados à resolução dos problemas colocados pelo Direito relativamente ao estudo e identificação dos mecanismos de morte).

129 - ETIOLOGIA MÉDICO-LEGAL (Estudo das circunstâncias que envolveram a morte violenta, ou seja a sua identificação como suicídio ou morte acidental).

130 - CLÍNICA MÉDICO-LEGAL (Actividade pericial médica orientada para o conhecimento, com a máxima exactidão e objectividade, das lesões que um determinado evento traumático provocou sobre a integridade psico-física de uma pessoa, de modo a obter uma avaliação final que permita ao julgador estabelecer as consequências desse mesmo evento, no âmbito do Direito Penal, Civil, do Trabalho ou outro).

131 - TOXICOLOGIA FORENSE (Conjunto de técnicas e conhecimentos toxicológicos aplicados com o objectivo de coadjuvar a administração da justiça).

1701 - ACIDENTE DE VIAÇÃO (Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desempanagem).

2389 - GENÉTICA E BIOLOGIA FORENSE (Aplicação dos conhecimentos da Genética e da Biologia ao estudo de situações de natureza judicial, nomeadamente utilizando a análise genética da diversidade humana na investigação biológica de parentesco e na identificação genética individual, assim como na análise de vestígios biológicos de interesse criminal).

2806 - ANATOMIA PATOLÓGICA FORENSE (Aplicação das técnicas e conhecimentos anatomo-patológicos à investigação da causa da morte. Baseia-se fundamentalmente na microscopia tissular, desempenha um importante papel no diagnóstico das complicações letais pós-traumáticas e na distinção entre lesões vitais e «postmortem», entre outras, e é ainda fundamental nos casos de morte da causa desconhecida).

2878 - PSIQUIATRIA FORENSE (Ciência de carácter médico-legal que se organiza a partir da psiquiatria e da jurisprudência, com o objectivo de fornecer ao julgador, através de perícias médico-legais psiquiátricas, elementos auxiliares à fundamentação das suas decisões).

4572 - CAUSA DE MORTE EXTERNA - MORTE NÃO NATURAL- (Factores externos responsáveis pelo estado patológico causador do óbito, nomeadamente por tipo de suicídio, tipo de acidente, tipo de homicídio, catástrofe natural e outros).

IV – CLASSIFICAÇÕES

V00017 - Código da Divisão Administrativa (Distrito Município/Freguesia)

V00140 – Lista de tabulação de Mortalidade nº2 (Mortalidade Geral – Lista seleccionada), 10ª revisão

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

- **Designação:** Patologia Forense (Área de Tanatologia e Antropologia Forenses);
 - **Unidade estatística observada:** Os gabinetes e delegações médico-legais;
 - **Unidade de medida:** número de cadáveres admitidos, Perícias; Exumações; Embalsamamentos; Processos; Pareceres; Depoimentos; Morte violenta; Morte natural; Morte de causa indeterminada;
 - **Classificação associada:** Jurídica
-
- **Designação:** Patologia Forense (Área de Anatomia Patologia Forense)
 - **Unidade estatística observada:** Os gabinetes e delegações médico-legais;
 - **Unidade de medida:** número de processos, pareceres, depoimentos, relatórios e exames realizados;
 - **Classificação associada:** Jurídica

- **Designação:** Clínica Forense (Área de Clínica Médico-Legal);
 - **Unidade estatística observada:** Os gabinetes e delegações médico-legais;
 - **Unidade de medida:** número de processos, pareceres, depoimentos, relatórios realizados no âmbito do Direito Penal, do Direito do Trabalho, e outros, e o número de exames de especialidade.
 - **Classificação associada:** Jurídica
-
- **Designação:** Clínica Forense (Área de Psiquiatria e Psicologia Forenses);
 - **Unidade estatística observada:** Os gabinetes e delegações médico-legais;
 - **Unidade de medida:** número de perícias, pareceres, depoimentos, relatórios realizados no âmbito da psiquiatria e psicologia forenses.
 - **Classificação associada:** Jurídica
-
- **Designação:** Toxicologia Forense;
 - **Unidade estatística observada:** Os gabinetes e delegações médico-legais;
 - **Unidade de medida:** número de processos requisitados e anulados e número de exames concluídos;
 - **Classificação associada:** Jurídica
-
- **Designação:** Genética e Biologia Forense;
 - **Unidade estatística observada:** Os gabinetes e delegações médico-legais;
 - **Unidade de medida:** número de processos, exames, pareceres, depoimentos e relatórios realizados no âmbito da investigação biológica de parentesco, da criminalística biológica, identificação genética individual e outros.
 - **Classificação associada:** Jurídica

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação

35. Informação a disponibilizar

Número de cadáveres admitidos, perícias, exumações, embalsamamentos, processos, pareceres, depoimentos, casos de morte violenta, de morte natural e de morte de causa indeterminada



Direcção-Geral da Política de Justiça

realizados nas diversas áreas da medicina legal, efectuados nas delegações e gabinetes médico-legais do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Instrumento de Notação nº 9525

37. Ficheiros: Não aplicável

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

GPLP - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

INE - Instituto Nacional de Estatística

SEN - Sistema Estatístico Nacional

INML, I.P. – Instituto Nacional de Medicina Legal

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

SQL – Structure Query Language

SAS – Statistics Analysis System

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>